AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX - DF.

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XXXXXX SSP/XX e CPF/MF nº XXXXXXX, neste ato representado por sua Curadora e filha, FULANO DE TAL, nacionalidade, profissão, Carteira de Identidade XXXXXX - SSP/DF e CPF XXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXX-DF,, CEP: XXXXXXXX, telefone XXXXXXX, e-mail: XXXXXXXX@yahoo.com.br, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXX, Núcleo de XXXXX/DF, com fundamento na Lei nº. 6.858/80, requerer a expedição de

ALVARÁ JUDICIAL

para que seja autorizado o financiamento de veículo em nome do Curatelado, pelas razões de fato e de direito a seguir expendidas.

DOS FATOS E DO DIREITO

1. A interditada é filha da Requerente, que é sua Curadora desde XX/XX/XX.

- **2.** A interditada, pensionista do INSS, é portadora Alzheimer e encontra-se sem possibilidade de locomoção, conforme laudo médico para aquisição de medicamento especial, emitido pelo SUS, em anexo.
- **3.** A Curadora, filha da Requerente, não possui emprego fora do lar, pois, saiu de seu emprego para cuidar exclusivamente de sua mãe. Ainda, toda a família da Interditada e da Curadora reside em outros Estados: Goiás, São Paulo, Rondônia e Pará.
- **4.** Dessa forma, quando a Interditada ou a Curadora precisa sair da residência para ir ao psiquiatra, para o neurologista, consultas de rotina ou emergências, e ainda, quando necessita sair para uma compra rápida, considerando que não tem outra pessoa para cuidar da Interditada, e o valor da pensão não é suficiente para contratar um cuidador de idoso ou secretária do lar, a Curadora sempre precisa levar sua mãe, Interditada, inclusive, para que esta possa "respirar" e ver pessoas diferentes, tomar banho de sol, e arcar com o custo de taxi, pois é inviável coloca-la dentro de um transporte público.
- 6. Assim, a FULANO DE TAL, representada por sua Curadora FULANO DE TAL, ora Requerente, necessita realizar empréstimo para compra de um veículo para transporte da Interditada, sendo necessário, para tanto, Alvará Judicial que autorize a realização da transação pretendida.
- **7.** Ressalte-se que a Requerente compareceu à XXXXXXXX, banco pelo qual a Requerente recebe sua pensão e este informou que tem possibilidade de empréstimo no valor de R\$ XXXXX,

sendo liberado o valor liquido de R\$XXXXX (XXXXXX),em XX prestações de R\$XXXX (XXXXXXXXX).

8. Assim, plenamente possível o deferimento do presente feito, eis que alicerçado em diversos diplomas legais.

DOS PEDIDOS

9. Ante o exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, por ser juridicamente pobre (art 4° , Lei 1.060/50) por não estar em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família;
- **b)** a intimação do Representante do Ministério Público;

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ X.XXX,XX (XXXXXXXX).

Nesses termos, Pede deferimento.

XXXXXX/DF, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL Defensor Público